Colóquio Web Currículo:
Contexto, Aprendizado e Conhecimento
Mostra de Pesquisa em Currículo
08 de outubro de 2014, PUC-SP, São Paulo, SP

EDUCAÇÃO INFANTIL NO BRASIL E OS DESAFIOS NA CONTEMPORANEIDADE: UMA REVISÃO DOS ESTUDOS REALIZADOS NA ÁREA

Maria das Graças Pereira Soares
Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC/SP)
mgpssoares@hotmail.com

Modalidade: Pôster

Eixo Temático: 1. Políticas Públicas e Reformas Educacionais e Curriculares

1 INTRODUÇÃO

A pesquisa tem por objetivo refletir sobre os desafios da educação infantil brasileira na contemporaneidade e integra o estudo de doutorado em andamento: Pedagogia da infância amazônida: currículo da educação infantil ribeirinha no município de Parintins-AM. Apresenta como problemática: Quais os desafios da educação infantil brasileira na contemporaneidade?

2 REFERENCIAL TEÓRICO

A educação infantil no Brasil percorre caminhos diversos, as concepções de infância sempre estiveram relacionadas às tendências pedagógicas de cada época, a classe social e as políticas públicas.

As políticas de Estado para a infância começaram a ser criadas a partir da década de 30 por meio de ações voltadas para as práticas de higiene e saúde, numa perspectiva assistencialista. Nos anos 70, a educação infantil, para as crianças provenientes das classes populares, assume a função compensatória para suprir as carências e deficiências culturais,

linguísticas, nutricionais, de higiene e afetivas. Nos anos 80, em resposta aos movimentos em defesa dos direitos das crianças, a Constituição Federal Brasileira de 1988 assegura a educação infantil como direito do cidadão e dever do Estado. No artigo 208, inciso IV, fica estabelecido "que é dever do Estado garantir o atendimento em creches e pré-escolas às crianças de zero a seis anos de idade". A educação infantil constitui-se direito da criança e de sua família. No art. 211, § 2º, a educação infantil constitui área de atuação prioritária dos Municípios. Na década de 90, o Estatuto da Criança e do Adolescente, Lei nº 8.069 regulariza os direitos da criança e do adolescente. Declara no artigo 54, inciso IV, "que é dever do Estado assegurar a educação infantil em creche e pré-escola às crianças de zero a seis anos". A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira, nº 9.394/96, inclui a educação infantil na educação básica. Define no artigo 29 a educação infantil como a primeira etapa da educação básica que tem por objetivo o desenvolvimento integral da criança.

A Lei nº 11.114, de 16 de maio de 2005, alterou o artigo 6º da Lei 9.394/96 tornando obrigatória a matrícula das crianças de seis anos de idade no ensino fundamental. Fica assim estruturada a educação infantil no Brasil: creche de 0 a 3 anos e pré-escola de 4 a 5 anos. Em atendimento a emenda Constitucional nº 59/2009, a LDB 9.394/96 foi alterada pela Lei nº 12.796, de 2013, a educação básica obrigatória e gratuita é garantida aos cidadãos brasileiros dos 4 aos 17 anos de idade. Com a modificação na LDB a educação infantil torna-se obrigatória para todas as crianças a partir dos 4 anos de idade.

Como podemos observar, a educação infantil é um direito humano e social de todas as crianças, mas o acesso à escola pública no Brasil ainda é negado e não há instituições suficientes para atender toda população infantil, necessitando ampliação do número de creches e pré-escolas. Nas famílias de baixa renda encontramos o maior percentual de crianças que não têm acesso à educação infantil. Arroyo (2013, p.181), nos alerta que "para a infância pobre, negra, dos campos e das periferias está muito distante seu reconhecimento como sujeitos de direitos''. Concordamos com Freire (2001) quando justifica a necessidade de uma política educacional que estabeleça prioridades, metas, conteúdos e seja inspirada em sonhos e utopias.

Com o reconhecimento da educação infantil é necessário pensar um currículo escolar que acolha e escute as vozes das infâncias, que contemple os saberes locais e globais, as múltiplas linguagens, o educar articulado ao cuidar, a formação de valores e uma visão mais

rica e significativa do conhecimento e da cultura. Gimeno Sacristán (2013, p.10) afirma que "o currículo é a expressão e a concretização do plano cultural que a instituição escolar torna realidade dentro de determinadas condições que determinam esse projeto."

Portanto, faz-se necessário um projeto educativo que dê conta da diversidade das infâncias e ofereça respostas adequadas, as características e necessidades do universo infantil. Feldmann (2003) ressalta a necessidade da reconstrução de um sistema educacional para responder os desafios colocados pelas constantes transformações econômicas e sociais. A autora enfatiza que "a tarefa da escola contemporânea é formar cidadãos, livres, conscientes e autônomos, que sejam fiéis aos seus sonhos, que respeitem a pluralidade e a diversidade e que intervenham de forma científica e crítica e ética na sociedade brasileira" (2003, p. 149). Dessa forma, "a tarefa do educador é criar um contexto em que a curiosidade, as teorias e a pesquisa das crianças sejam legitimadas e ouvidas, um contexto em que as crianças se sintam confortáveis, motivadas e respeitadas em seus processos e percursos cognitivos e existenciais" (RINALDI, 2012, p.228). A qualidade social na educação infantil deve está comprometida com a formação humana das crianças, reconhecendo-as como sujeitos históricos - sociais.

3 METODOLOGIA

Este estudo constitui-se de uma revisão da literatura a partir de materiais publicados em livros, artigos e documentos que tratam da educação infantil no Brasil. Para Gil (2008), a pesquisa bibliográfica é desenvolvida com base em material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos.

4 ALGUMAS CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os estudos apontam que a educação infantil brasileira é uma construção histórica, social e política. As práticas pedagógicas de educação infantil, sempre estiveram muito próximas da compreensão de infância que cada contexto histórico construiu e atribuiu para o que é ser criança.

A educação infantil no Brasil é um desafio para as instituições, o Estado e as políticas públicas, porque a educação é um direito de todas as crianças. Esta pesquisa contribuirá com estudos da educação na infância e apontará caminhos para a melhoria da qualidade social da

educação infantil, bem como suscitar novas reflexões e questionamentos e, sobretudo, novos conhecimentos para potencializar a educação infantil.

REFERÊNCIAS

ARROYO**,** Miguel Gonzáles. **Currículo**: território em disputa. 5. Ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil.** Brasil, DF: Senado Federal, 1988.

_____. Senado Federal. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional: nº 9394/96**. Brasília: 1996.

_____. **Estatuto da Criança e do Adolescente**. Lei nº 8.069/90 de 13 de julho de 1990. São Paulo: CBIA-SP, 1991.

FELDMANN, Marina Graziela. Questões contemporâneas: mundo do trabalho e democratização do conhecimento. In: SEVERINO A. J.; FAZENDA I.C. A.(orgs). **Políticas educacionais:** o ensino educacional em questão. Campinas, SP: Papirus, 2003.

FREIRE, Paulo. **Política e educação**. 5. Ed. São Paulo: Cortez, 2001.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GIMENO SACRISTÁN J. **Saberes e incertezas sobre o currículo**. Porto Alegre: Penso, 2013.

RINALDI, Carla. **Diálogos com Reggio Emilia**. São Paulo: Paz e Terra, 2012.